

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: VANESSA LORENA ANASTÁCIO

TÍTULO: TERRITORIALIDADE, MEMÓRIA E SABERES TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: APONTAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA ANPED SUDESTE E NACIONAL

AUTORES: VANESSA LORENA ANASTÁCIO, VANESSA LORENA ANASTÁCIO, JOSÉ DE SOUSA MIGUEL LOPES

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, TERRITÓRIO, MEMÓRIA, SABERES TRADICIONAIS

RESUMO

A educação indígena tem sido tema de debates constantes no âmbito da educação superior nas universidades brasileiras. As discussões, antes centralizadas no campo da antropologia, ganham na década de 1980 o terreno das faculdades de educação tendo se expandido e aprofundado a partir da década de 1990 com a publicação do documento intitulado "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", elaborado para ser a referência básica aos planos operacionais dos estados e municípios em relação à educação escolar indígena. Neste documento encontramos a principal mudança da legislação brasileira no que tange à educação escolar indígena: é reconhecido o direito à diferença e proteção aos costumes, crenças, tradições e línguas das populações indígenas. Neste sentido a educação escolar indígena deve ser intercultural, bilingue, específica e diferenciada.

Este movimento inaugura, em diversos estados brasileiros, um conjunto de programas de implantação de escolas indígenas e traz a necessidade de formação de professores e pesquisadores indígenas, pois a escola passa a ser para estes povos um importante lugar de preservação da identidade étnica, a garantia de sua própria existência. A Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78, garante a criação de programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas.

Em Minas Gerais, a partir de 1995, desenvolve-se apoiado na demanda dos povos indígenas da região e em parcerias entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), o Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG) tendo como base a autonomia didática e o respeito à identidade cultural, com ações continuadas de pesquisa, estudo e produção na formação de professores indígenas através do magistério indígena. Ao longo de anos de discussões e ações entre as lideranças indígenas e a UFMG em articulação com as outras experiências no Brasil, a SEE/MG e a FUNAI, foi elaborado o projeto de "Formação Intercultural para educadores indígenas – FIEI". Os caminhos tecidos pela parceria entre o Movimento Indígena e a Universidade Federal de Minas Gerais levaram à garantia do direito de acesso à universidade pública para os povos indígenas no estado.

A experiência de Minas Gerais nos serve de pano de fundo para compreender como nas tecituras da (con)vivência entre pesquisadores indígenas e não indígenas, faz crescer as investigações e a produção acadêmica acerca da educação tradicional e escolar indígena no âmbito da pesquisa em educação. Neste interim, o projeto de escola diferenciada vai surgir a partir da forma que cada povo indígena interpreta e dá sentido à escola e às práticas nela inserida.

Na conjuntura das discussões entre as várias instituições e lideranças indígenas acerca da formação de professores indígenas em Minas Gerais, acontece em âmbito regional e nacional no espaço da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) uma efervecência das discussões sobre Educação e Relações Étnico-Raciais, que faz nascer o grupo de trabalho "Educação e Relações Étnico-Raciais (GT – 21)", fruto principalmente de debates e estudos de pesquisadores da área de educação e relações raciais no Brasil. Neste grupo se situam também as discussões e pesquisas acerca da educação tradicional e escolar indígena.

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado em curso intitulada "Um povo da Palavra: inscrições poéticas e ressonâncias na educação escolar indígena Xakriabá". Se situa no campo da análise bibliográfica e documental e investigou as pesquisas sobre a educação escolar indígena no contexto da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPED. Foram averiguados trabalhos das reuniões regionais sudeste e reuniões nacionais entre os anos de 2011 a 2016, discutidos no GT 21 – Educação e Relações Étnico Raciais. Nestes trabalhos buscamos compreender como se constitui a educação escolar indígena no Brasil e de que forma questões como a territorialidade, a memória e os saberes tradicionais estão presentes na construção da educação escolar indígena, além de analisar metodologias e abordagens de pesquisas em educação sobre esta temática. Foram encontrados 21 artigos que abordavam a pesquisa em educação escolar indígena no Brasil e em Minas Gerais. Após uma primeira leitura destes artigos foram selecionados 8 trabalhos para análise e compreensão acerca da territorialidade, memória e saberes tradicionais na educação escolar indígena. Concluímos que conceitos como territorialidade, memória e saberes tradicionais estão totalmente ligados à forma como se constituem as escolas indígenas no país e ainda que, neste terreno, não há como pensar a educação escolar dissociada da educação tradicional indígena. Contudo, faz-se necessário aprofundar as pesquisas em torno de temáticas como a memória e o território e seus signos na conjuntura da educação escolar indígena.

No âmbito da pesquisa em educação muito se tem avançado nas discussões acerca da educação escolar indígena em Minas Gerais e no Brasil. A invisibilidade dos povos indígenas vem perdendo terreno no campo da educação que cada vez mais se preenche e se alimenta de pesquisas e vivências em torno da educação indígena. Ainda há desafios a serem vencidos, de fato o contingente de pesquisas acerca dos povos indígenas no GT 21, regional e nacional, ainda é baixo, em algumas reuniões científicas não é possível encontrar trabalhos com esta temática no grupo.

No campo da pesquisa em educação é necessário apontar para os pensamentos decoloniais, trazendo à luz intelectuais, autores e pesquisadores indígenas. Ainda é preciso avançar no sentido de descolonizar o pensamento e as pesquisas em educação, quebrando paradigmas na produção do conhecimento acerca dos povos indígenas no Brasil.